



**UNILAB**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE ENGENHARIAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO DE RECURSOS  
HÍDRICOS, AMBIENTAIS E ENERGÉTICOS**

**ANTONIO GILDO DE FREITAS FILHO**

**Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P: Um Estudo de Caso na  
Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Maria do Carmo Bezerra.**

**REDENÇÃO**

**2018**

ANTONIO GILDO DE FREITAS FILHO

Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P: Um Estudo de Caso na Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Maria do Carmo Bezerra.

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Recursos Hídrico, Ambientais e Energéticos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos.

Orientador: Prof. Dra. Rejane Félix Pereira

REDENÇÃO  
2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Freitas Filho, Antonio Gildo de Freitas.

F963a

Agenda Ambiental na Administração Pública ? A3P: Um Estudo de Caso na Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Maria do Carmo Bezerra / Antonio Gildo de Freitas Filho. - Redenção, 2018.  
34f: il.

Monografia - Curso de Especialização em Gestão De Recursos Hídricos, Ambientais E Energéticos, Instituto De Engenharias E Desenvolvimento Sustentável, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientadora: Prof. Dra. Rejane Félix Pereira.

1. Educação ambiental. 2. Agenda Ambiental. 3. Ações sustentáveis. 4. Sustentabilidade. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 363.7

---

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA

ANTONIO GILDO DE FREITAS FILHO

Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P: Um Estudo de Caso na Escola  
de Ensino Médio de Tempo Integral Maria do Carmo Bezerra.

Monografia julgada e aprovada para obtenção do título de Especialista em da  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: 01/12/2018

Nota: 10,0

Banca Examinadora:

Rejane Félix Pereira

Prof. Dra. Rejane Félix Pereira (Orientador)

Maria Patrícia Sales Castro

Prof. Ma. Maria Patrícia Sales Castro (DEHA/UFC)

Nosliana Nobre Rabelo

Prof. Ma. Nosliana Nobre Rabelo (PRODEMA/UFC)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por suprir todas as minhas necessidades e força para superar as dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, em especial ao professor coordenador Dr. Jose Cleiton Sousa dos Santos.

A minha orientadora professora Dra. Rejane Félix Pereira, pela paciência, atenção, dedicação, suas correções, incentivos e todo suporte necessário para conseguir concluir meu trabalho.

Aos meus pais, pelo carinho, amor, incentivo e todo apoio incondicional.

As professoras Maria Patrícia Sales Castro e Nosliana Nobre Rabelo, que compuseram a banca, e com suas considerações, contribuirão para melhoria do meu trabalho.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu obrigado.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da EEMTIMCB .....	24
Figura 2: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos .....	25
Figura 3: Gestão adequada dos resíduos gerados .....	26
Figura 4: Qualidade de vida no ambiente de trabalho .....	27
Figura 5: Sensibilização e capacitação dos servidores .....	27
Figura 6: Licitações sustentáveis .....	28

## LISTA DE TABELAS

Quadro 1: Leis brasileiras que asseguram medidas socioambientais.....	14
Quadro 2: Eixos temáticos da A3P.....	18
Quadro 2: Eixos temáticos da A3P – continuação .....	19

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública.
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.
EEMTIMCB	Escola de Ensino Médio Tempo Integral Maria do Carmo Bezerra
IN	Instrução Normativa.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PVC	Policloreto de Vinila.
PPA	Plano Plurianual.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 Justificativa .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 Objetivos geral e específicos.....</b>	<b>11</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Gestão ambiental .....</b>	<b>13</b>
<b>2.3 Principais leis que incentivam a educação ambiental no Brasil.....</b>	<b>13</b>
<b>2.4 Educação ambiental .....</b>	<b>15</b>
<b>2.5 Agenda ambiental na administração pública .....</b>	<b>16</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>24</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AO NÚCLEO GESTOR DA ESCOLA.</b> <b>.....</b>	<b>32</b>

# **Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P: Um Estudo de Caso na Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Maria do Carmo Bezerra.**

**Antonio Gildo De Freitas Filho<sup>1</sup>**

**Rejane Félix Pereira<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo mostrar a importância da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P e seu processo de adesão. Quanto a metodologia, o objetivo da pesquisa é exploratório, o método técnico empregado é estudo de caso e uma abordagem do problema qualitativa. O estudo de caso foi desenvolvido através da aplicação de um questionário ao núcleo gestor da escola, contendo 39 perguntas, subdivididas entre os 5 eixos temáticos da A3P, com opção de resposta “sim” ou “não”. Os resultados apresentam que a escola desenvolve apenas uma ação no eixo uso racional dos recursos naturais, não desenvolve nenhuma ação no eixo gestão adequada dos resíduos gerados, se destaca no eixo qualidade de vida no ambiente de trabalho, eixo sensibilização e capacitação dos servidores, não atua na conscientização da comunidade no entorno da escola, quanto a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e no eixo licitações sustentáveis, a escola atenta para contratação de empresas que adotem medidas mitigadoras de impactos ambientais negativos em suas atividades.

**Palavras-chave:** Ações sustentáveis. Escola. Agenda Ambiental. Sustentabilidade.

## **ABSTRACT**

This paper work has as objective to show the importance of the Environmental Agenda in Public Administration - A3P and its adhesion process. As for the methodology, the research objective is exploratory; the technical method employed is a case study and an approach to the qualitative problem. The case study was developed through the application of a questionnaire to the school management, containing 39 questions, subdivided among the 5 thematic axes of the A3P, with the choice of "yes" or "no" answers. The results show that the school only develops an action on the rational use of natural resources, it doesn't develop any action in the axis of adequate management of the waste generated, it stands out in the axis of life in the work environment, axis awareness and capacity of the servers, not it acts in the awareness of the community in the surroundings of the school, and about conservation, recovery and improvement of the environment and in the axis sustainable biddings, the school attentive to contraction of companies that adopt mitigating measures of negative environmental impacts in its activities.

**Keywords:** Sustainable actions. School. Environmental Agenda. Sustainability.

---

<sup>1</sup> Estudante do Curso de Especialização em Especialização em Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Universidade Aberta do Brasil, polo Redenção.

<sup>2</sup> Doutora.

## **1 INTRODUÇÃO**

A atual conjuntura social, onde o consumo tem se alavancando e a indústria tem dilatado sua produção com a ajuda dos avanços tecnológicos e do crescimento do poder de compra da população, tem provocado grandes impactos ao meio ambiente, comprometendo a sua capacidade de renovação.

Da necessidade de equilibrar o consumo com a capacidade de produção do meio ambiente, surge o termo desenvolvimento sustentável, que para Loureiro; Pereira; Junior (2016, p. 316), o desenvolvimento sustentável pressupõe o atendimento das necessidades atuais e das futuras gerações, isso implica em lidar com múltiplas e complexas dimensões, e com o aprofundamento da reflexão das questões éticas.

Em busca deste equilíbrio, a administração pública, como uma das maiores consumidoras, e a iniciativa privada vêm buscando diversas soluções para esta problemática.

Alinhando as práticas sustentáveis com o mundo, o Ministério do Meio Ambiente, desenvolveu a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P que propunha uma reflexão e transformação de comportamento dos servidores públicos quanto aos princípios da responsabilidade socioambiental.

Este estudo está subdividido em 5 seções, seguindo a seguinte estrutura: Seção 1 corresponde a introdução, em que apresenta a temática em estudo, a justificativa, os objetivos geral e específicos. Em sequência, a seção 2 que faz uma breve revisão da literatura, na seção 3 é apresentada a metodologia adotada no estudo e apresentada a instituição de ensino, seção 4 os resultados obtidos na pesquisa e, por fim, na seção 5 é apresentada as considerações finais.

### **1.1 Justificativa**

A presente pesquisa se justifica pelo aumento dos impactos ambientais, causados pela interferência humana no meio ambiente e pela crescente discussão sobre o desenvolvimento sustentável. O serviço público é uma grande fonte consumidora de recursos naturais, em decorrência disso, gera a necessidade de adotar em suas atividades diárias, ações sustentáveis, que objetiva a mitigação dos danos causado à natureza.

## **1.2 Objetivos geral e específicos**

O objetivo geral deste trabalho é mostrar a importância da A3P na administração pública, em especial nas escolas, por atender um público amplo, que podem se tornar disseminadores de práticas sustentáveis. E os objetivos específicos são: demonstrar o processo de adesão à A3P e identificar ações sustentáveis desenvolvida na Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Maria do Carmo Bezerra, Acarape, Ceará e seu entorno.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 Conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável**

O desenvolvimento sustentável tem atraído os olhares dos líderes mundiais devido à preocupação com a escassez dos recursos naturais proporcionados pela sua utilização indiscriminada e pelo crescimento populacional. Para Sehnem *et al.* (2013, p. 2), o grande crescimento populacional e a má utilização dos recursos naturais causaram inúmeros impactos de ordem social, ambiental e econômica ao longo do tempo para todos os âmbitos da sociedade.

Portanto, faz-se necessário a busca pelo equilíbrio entre homem e a natureza. Equilíbrio este que, atenda às necessidades do presente sem comprometer gerações futuras. Para (Cogo; Oliveira; Tesser, 2012, p. 2):

Sustentabilidade é fundamentada na necessidade de se garantir a disponibilidade dos recursos da Terra hoje, assim como para nossos descendentes, por meio de uma gestão que contemple a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado de nossas sociedades.

Na visão de (Bacha; Santos; Schaun, 2010, p. 5):

A sustentabilidade é de um complexo padrão de organização em uma sociedade, apresentando cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Remetendo ao sustento, no qual a dimensão em longo prazo se encontra incorporada, necessitando ocorrer uma relação harmoniosa com a natureza.

Para Rocha (2014, p. 10) A concepção de sustentabilidade pressupõe uma relação equilibrada com o ambiente em sua totalidade, considerando que todos os elementos afetam e são afetados reciprocamente pela ação humana.

Entende-se que sustentabilidade compreende a ação do homem em extrair da natureza seus recursos, mantendo uma preocupação com a sua capacidade de regeneração, garantindo assim, que o meio ambiente consiga se recuperar e possa produzir para as gerações futuras.

A origem do termo “desenvolvimento sustentável” se deu, no período em que o mundo passava por uma grande crise social e ambiental no século XX. E em resposta a esse momento e após diversos estudos, a Organização das Nações Unidas (ONU), utilizou este termo como resposta à humanidade. Na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) que precedeu a Conferência das Nações Unidas – conhecida como “Rio 92”, desenvolveu-se o relatório Nosso Futuro Comum, que segundo BARBOSA (2008, p. 2):

Tal relatório destacava as questões sociais, principalmente no que se refere ao uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano.

Ainda na visão de Barbosa (2008, p. 3) o relatório definiu três princípios básicos a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental, e equidade social.

Segundo (Pies; Gräf, 2015, p. 796) defende que o desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social e econômico de longo prazo, direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional.

Portanto, entende-se que o desenvolvimento sustentável corresponde ao equilíbrio entre desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental. Na visão de Milaré (2007, p. 68), desenvolvimento sustentável é considerado como a capacidade que tem um ecossistema de atender às necessidades das populações que nele vivem.

## 2.2 Gestão ambiental

A gestão ambiental é um mecanismo delimitador das velhas práticas insustentáveis, e proporciona novos hábitos sustentáveis, alavancando o desenvolvimento sustentável. Um conjunto de ações, que formam um sistema de gestão ambiental, permitem a implementação do desenvolvimento sustentável nas organizações privadas e públicas, conforme Tinoco & Kraemer (2004, p. 109):

O sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades.

Para englobar a gestão ambiental em sua rotina, os gestores devem olhar com primazia para temática ambiental. Segundo Meyer (2000, *apud* LUIZ *et al*, 2013), a gestão ambiental pode ser entendida como o sistema que:

- objetiva manter o meio ambiente saudável visando atender as necessidades atuais, sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras;
- busca meios de agir sobre as modificações ocorridas no meio ambiente em consequência do uso irracional dos recursos naturais quando estes são além de sua capacidade de regeneração, ou então pelo descarte indevido de resíduos gerados pela atividade humana;
- visa a adoção de instrumentos para monitorar, controlar, subsidiar, impor e divulgar obras e ações mitigadoras, além de treinar e conscientizar;
- busca definir base de atuação para diagnósticos ambientais a partir de estudos e pesquisas direcionados a solucionar os problemas detectados.

Portanto, a Gestão Ambiental produz o equilíbrio entre o consumo dos recursos naturais e os impactos ambientais causado pelo homem.

## 2.3 Principais leis que incentivam a educação ambiental no Brasil

Além de criar programas estimulantes ao desenvolvimento sustentável, a legislação brasileira garante e combate as ações que provocam grandes impactos

ambientais, por meio de leis que visam preservar o meio ambiente. O quadro a seguir apresenta algumas das principais legislações na área ambiental:

Quadro 1: Leis brasileiras que asseguram medidas socioambientais

<b>LEIS</b>	<b>ABORDAGEM</b>
Lei 6.938/1988	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei 9.795/1999	Define a Educação Ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo.
Lei 12.305/2010	Instituiu a Política Nacional de Resíduos sólidos, inclusive alterando a Lei 9.605/1998 e dá outras providências.
IN nº 01/2010	Regulamentou a utilização de critérios sustentáveis na aquisição de bens e contratação de obras e serviços.

Fonte: próprio autor

A Lei 6.938/1981 estabelece o objetivo da política nacional de meio ambiente que é a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico. Sendo os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

A Lei 9.795/1999 institui a Política Nacional de Educação Ambiental, que envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental. Bem como a implantação da educação ambiental em todas as esferas de ensino.

## 2.4 Educação ambiental

A educação ambiental objetiva a formação do ser humano para conviver harmoniosamente com o meio ambiente. Segundo a lei 9.795/1999 em seu art.9º:

Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: I- educação básica: a) educação infantil; b) ensino fundamental e c) ensino médio; II- educação superior; III - educação especial; IV- educação profissional; V- educação de jovens e adultos.

Segundo Barbieri (2004, p. 922):

A carta de Belgrado foi marco fundamental para a educação ambiental, foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972. Das recomendações do plano de ação proposto nessa conferência, uma delas referia-se à implementação da EA de caráter interdisciplinar com o objetivo de preparar o ser humano para viver em harmonia com o meio ambiente (Resolução nº 96).

Segundo Barbieri (2004, p. 923) a carta de Belgrado estabelece objetivos para educação ambiental, são eles:

Consciência - Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir maior sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral e dos problemas.

Conhecimentos - Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir uma compreensão básica do meio ambiente em sua totalidade, dos problemas associados e da presença e função da humanidade neles, o que necessita uma responsabilidade crítica.

Atitudes - Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir valores sociais e um profundo interesse pelo meio ambiente que os impulse a participar ativamente na sua proteção e melhoria

Aptidões - Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir as aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais.

Capacidade de avaliação - Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de educação ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, sociais, estéticos e educativos.



Participação - Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a desenvolver seu sentido de responsabilidade e a tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas ambientais, para assegurar que sejam adotadas medidas adequadas

## **2.5 Agenda ambiental na administração pública**

As instituições públicas são grandes consumidoras de recursos ambientais, sendo as ações proposta pela A3P uma tentativa de mitigar a grande quantidade de resíduos gerados pela administração pública. Os principais tipos de resíduos gerados pela administração pública são: papel, plástico, metal, vidro, lixo orgânico, material de expediente, lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias, cartuchos e toners, pneus, carcaças de computadores e ar condicionado, óleos lubrificantes, carcaças de veículos, móveis, canos de cobre/ferros/alumínios, peças mecânicas e baterias de veículos, medicamento com data vencida e resíduos de serviço de saúde, produtos químicos em geral, entulhos da construção civil e canos de PVC, divisórias e cortinas.

A preocupação do Brasil com o meio ambiente não é de data recente, estando previsto seu equilíbrio na própria Constituição Federal de 1988, no Art. 225, conforme:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações

Fica evidente a necessidade da reeducação ambiental, visando o equilíbrio entre a sociedade e meio ambiente. E essa reeducação deve se iniciar pela base de uma sociedade, a educação, portanto, na escola. A implantação da A3P na escola transcende os muros do ambiente escolar, pois formam multiplicadores que levarão para a sociedade este novo conceito de educação ambiental, conforme o MMA (Cartilha - Gestão socioambiental nas escolas públicas, 2017, p. 6)

A implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é uma oportunidade das escolas públicas se transformarem, modernizando sua administração. Ao implantar e implementar a A3P a escola de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio ou ensino médio técnico, mostra para a comunidade escolar e para a sociedade como um todo,

que a adoção das diretrizes socioambientais promove a economia de recursos, a redução dos impactos sobre o meio ambiente e melhor qualidade de vida para todos

Visando se adequar ao consumo sustentável, o Ministério do Meio Ambiente criou o projeto Agenda Ambiental na Administração (A3P) Pública em 1999, cujo objetivo era repensar os atuais modelos de produção e consumo, e a adesão de novos moldes de sustentabilidade ambiental na administração pública. Após dois anos, o projeto foi implantado como Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) com intento de conscientizar os gestores quanto a importância das questões ambientais, incentivando-os a aderir os princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades, através da portaria de nº 510/2002 do Ministério do Meio Ambiente.

Após a criação e consolidação da A3P, ela foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) por apresentar resultados significativos, sendo premiada como “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente em 2002. Este prêmio tornou a A3P ainda mais importante, sendo incluída no Plano Plurianual-PPA 2004/2007, continuando em 2008/2011 e se consolidando como referência de sustentabilidade nas atividades públicas.

Com sua consolidação, a A3P tem como desafio fomentar a Responsabilidade Socioambiental como política governamental, cooperando com a integração da agenda de crescimento econômico concomitantemente ao desenvolvimento sustentável no ambiente na administração pública.

Almejando estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, o MMA (Cartilha – Agenda Ambiental na Administração Pública, 2009, p.33) definiu como objetivos da A3P:

- Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
- Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade;

- Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional no âmbito da administração pública;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

Buscando alcançar seus objetivos, A3P baseou suas ações em 5 eixos temáticos, tendo como norte a prática dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos. O quadro 2 apresenta as ações e os respectivos eixos temáticos da A3P:

Quadro 2: Eixos temáticos da A3P

<b>Eixo temático</b>	<b>Implicação</b>	<b>Ações</b>
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Evitar o desperdício.	Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.
Gestão adequada dos resíduos gerados	Destinar corretamente os resíduos gerados.	A gestão adequada dos resíduos passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.

Quadro 3: Eixos temáticos da A3P – continuação

<b>Eixo temático</b>	<b>Implicação</b>	<b>Ações</b>
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador.	A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.
Sensibilização e capacitação dos servidores	Mudar os hábitos, comportamento e padrões de consumo	A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.
Construções sustentáveis	Promover a responsabilidade socioambiental nas compras	A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço

Fonte: Adaptado de MMA - Cartilha A3P

Segundo MMA (2009, p. 86), a A3P é uma iniciativa que demanda engajamentos individual e coletivo, a partir do comprometimento pessoal e da disposição para incorporar conceitos preconizados, objetivando a mudança de hábitos e a difusão do programa.

Para Cavalcante (2012, p. 195), o momento é de correção de hábitos de desperdício e desatenção, assim como, de motivar os servidores públicos para estarem abertos a mudanças nos procedimentos administrativos.

Portanto, os gestores que desejam aderir a A3P precisam seguir um procedimento simples que facilita neste processo. Segundo MMA (2009, p. 86) o Ministério do Meio Ambiente propõe aos parceiros interessados em aderir a A3P, a assinatura do TERMO DE ADESÃO, cuja finalidade é integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implementação da agenda.

Para oficializar o termo de adesão, o interessado deve seguir os demais procedimentos, são eles:

Da instituição:

- Ofício para encaminhamento dos documentos;
- Cópia do comprovante de regularidade fiscal;
- Cópia do comprovante de endereço;
- Plano de Trabalho impresso e em meio digital;
- Minuta do Termo de Adesão
- impressa e em meio digital.

Do representante da instituição no Termo:

- Cópias autenticadas do RG e do CPF;
- Cópia autenticada do ato de nomeação;
- Delegação de competência do representante em questão para a assinatura de atos (usualmente a lei orgânica ou o estatuto da instituição, quando couber).

Para o processo de implantação da A3P, o MMA (2009, p. 87) orienta alguns passos iniciais devem ser seguidos pelas instituições interessadas, conforme descrição a seguir:

### 1º Passo: Criar e regulamentar a Comissão Gestora da A3P

A Comissão Gestora tem papel fundamental na implementação das ações da A3P, pois, através de seus membros, que são representantes dos diversos setores e áreas da instituição, o planejamento, a execução e o monitoramento dos resultados acontecem de forma participativa.

- Formar e estabelecer a comissão gestora de implantação e acompanhamento do programa, com servidores de diferentes setores da instituição, encarregada de propor, implementar e monitorar as medidas de desenvolvimento da A3P, bem como controlar e divulgar as informações mais relevantes;
- Criar subcomissões nas filiais da instituição, quando houver, com a presença de servidores do próprio local;
- Regulamentar a comissão por meio de instrumento legal pertinente, no qual conste o nome de cada um dos servidores e sua respectiva área de atuação na instituição

### 2º Passo: Realizar diagnóstico ambiental

O objetivo do diagnóstico é direcionar as melhores medidas a serem implantadas na instituição, tomando por base levantamentos e pesquisas que considerem as necessidades da mesma, de forma a mapear seus gastos como um todo, bem como coletar informações relevantes e atinentes à A3P junto aos servidores.

- Mapear os gastos da instituição com energia, água, papel, plástico, materiais de expediente, entre outros;
- Realizar um levantamento dos programas existentes sobre qualidade de vida no ambiente de trabalho, saúde e segurança do trabalhador, descarte de resíduos, licitações sustentáveis, capacitação e sensibilização;
- Avaliar os recursos físicos e financeiros disponíveis para a efetivação programa;
- Promover pesquisa de opinião pública junto aos servidores sobre a importância da agenda para a instituição;

- Elaborar questionário que possibilite um levantamento das práticas dos servidores relativas ao consumo e ao descarte de materiais;
- Identificar pontos críticos e possíveis problemas, bem como suas causas, que permitam avaliar as facilidades e dificuldades na implantação do programa.

### 3º Passo: Desenvolver projetos e atividades

É fundamental que a Comissão Gestora, após a avaliação efetuada no diagnóstico, elabore um Plano de Trabalho contendo, de forma documentada, os objetivos do projeto de implantação da A3P, as ações a serem realizadas, as metas mensuráveis e os recursos físicos e financeiros necessários, todos dentro de um cronograma de execução coerente.

- Definir, a partir do diagnóstico e metodologia participativa, as atividades e projetos prioritários para implantação da A3P;
- Elaborar o Plano de Trabalho contendo as ações prioritárias, os objetivos, as metas e os recursos físicos e/ou financeiros necessários;
- Organizar um calendário de execução das ações, adequando-as às metas pré-estabelecidas no Plano de Trabalho;
- Definir os indicadores para acompanhamento e aprimoramento de cada uma das atividades;
- Envolver o maior número de colaboradores e áreas de trabalho;
- Implantar as ações.

### 4º Passo: Mobilização e Sensibilização

Para o sucesso da implementação das ações da A3P, definidas no Plano de Trabalho, principalmente no que tange às mudanças de hábitos e atitudes, é imprescindível que os servidores estejam sensibilizados para a importância da Agenda.

- Apresentar aos funcionários o resultado do diagnóstico, com a participação dos dirigentes, comparando os gastos apurados internamente ante aos de outras instituições que aderiram a A3P;
- Expor os impactos que o desperdício pode causar ao meio ambiente e aos cofres públicos;

- Apresentar os resultados do questionário e abrir um espaço para o debate sobre os mesmos;
- Convidar um representante do MMA para apresentar o programa A3P e comentar rapidamente sobre as instituições que já efetuaram a sua adesão;
- Convidar um representante(s) da(s) cooperativa(s) de material reciclável a expor os trabalhos dos cooperados vinculados a ela(s);
- Realizar apresentações culturais (música, teatro e/ou outros) que se relacionem com o trabalho da A3P, com distribuição de kits (coletores, bloco de papel reutilizado e outros);
- Incentivar o debate entre os principais envolvidos com o programa a fim de aprimorar a A3P na instituição;
- Divulgar as melhorias obtidas após a implantação do programa, estimulando os servidores a replicá-las.

#### 5º Passo: Avaliação e Monitoramento

O monitoramento contínuo e a avaliação periódica permitem que sejam identificados os pontos críticos, as melhorias indispensáveis e os procedimentos exitosos, de forma a indicar as necessidades e prioridades para replanejar as atividades.

- Realizar reuniões periódicas para gerenciar o atingimento das metas elencadas no Plano de Trabalho;
- Avaliar, sistematicamente, as ações implementadas, identificando falhas e corrigindo-as;
- Analisar o desempenho ambiental decorrente da implantação das ações, usando o rol de indicadores previamente definido para auxiliar nesta etapa;
- Reforçar procedimentos exitosos;
- Identificar ações de controle.



### 3 METODOLOGIA

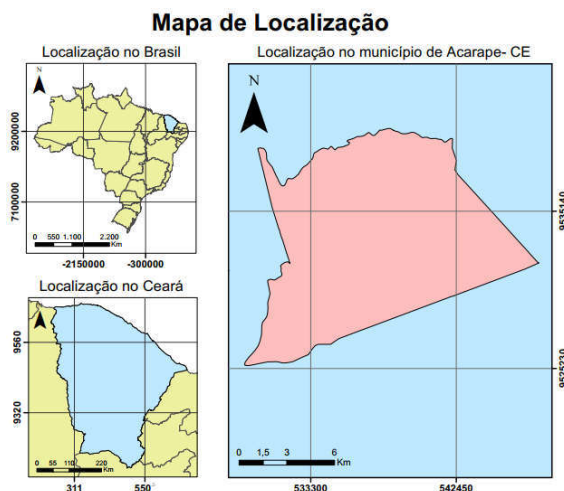
Para atingir os objetivos da pesquisa, usou-se uma metodologia exploratória, bibliográfico e uma abordagem qualitativa.

Inicialmente foi feito estudos sobre os conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, principais leis que incentivam a educação ambiental no Brasil, gestão socioambiental na escola, A3P e como aderir.

A seleção da instituição de ensino foi feita por conveniência. Sendo aplicado um questionário, apresentado no Apêndice A, ao núcleo gestor (composto por 1 Diretor, 2 Coordenadores, 1 Secretário escolar e 1 Secretário Financeiro) da escola em estudo, por estarem há muito tempo gerenciando as atividades da instituição. Este questionário contém um total de 39 perguntas, distribuídas entre os cinco Eixos temáticos da A3P.

A Escola de Ensino Médio Tempo Integral Maria do Carmo Bezerra (EEMTIMCB) é uma instituição pública de ensino do Governo do Estado do Ceará, localizada na rua Sebastião Bezerra, S/N - Centro, Acarape - CE, 62785-000, conforme figura 1. É uma instituição que vem atuando na transformação de vida de seus alunos ao longo de 60 anos e tem como missão, juntamente com a família e a sociedade, formar o cidadão em sua plenitude, consciente e crítico, construtor de conhecimento de sua cidadania, através de uma educação transformadora e de uma escola viva que fomente uma educação alegre, prazerosa e interessante.

Figura 1: Mapa de localização da EEMTIMCB



Fonte: próprio autor

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

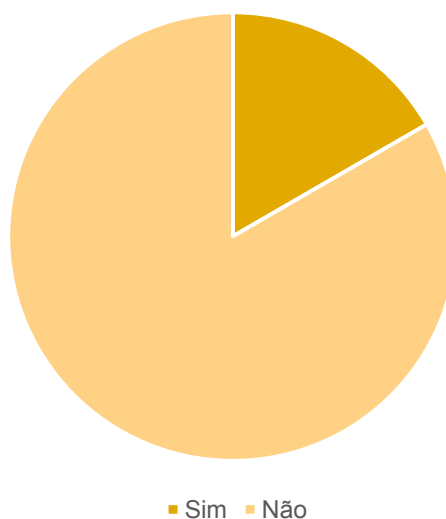
Em observação no Figura 2, que apresenta os resultados sobre o uso de recursos naturais e bens públicos, corroborou que a escola não desenvolve nenhuma ação de monitoramento do consumo de água e energia.

O controle do consumo de papel é feito pela limitação de resmas disponíveis aos servidores, docentes e discentes da escola, impressão utilizando ambos os lados da folha e reuso de folhas com um lado em branco.

Verificou-se ainda que na escola não há consumo de copos de plásticos, utilizando apenas canecas de cerâmicas e polímeros. E também, não há ações que visam destinação de materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável, são todos descartados no lixo comum.

Figura 2: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos



Fonte: Próprio autor.

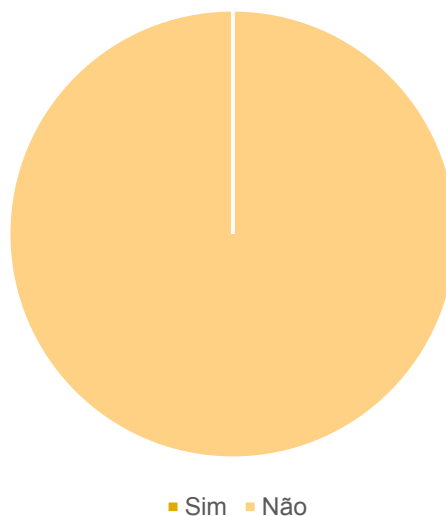
Os resultados apresentados no Figura 3, que apresenta os resultados da gestão adequada de resíduos gerados, expõem a inexistência de uma gestão de resíduos gerados pela escola. Em conversa, a gestão da escola, relatou que em 2010 tentaram aplicar, sem sucesso, a coleta seletiva, devido às dificuldades em contratar uma empresa especializada e pela lentidão na coleta feita por parte da empresa, causando o acúmulo de lixo na frente da escola e diversos transtornos. A gestão

informou que não há comissão de coleta seletiva solidária, nos termos do Decreto 5.940/2006 e que pretende em breve adquirir os coletores padronizado de acordo com a resolução CONAMA 275, de 25 de abril de 2001.

As pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes são descartados no lixo comum, portanto não são retornados aos comerciantes. Na sequência da pesquisa.

Figura 3: Gestão adequada dos resíduos gerados

Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados



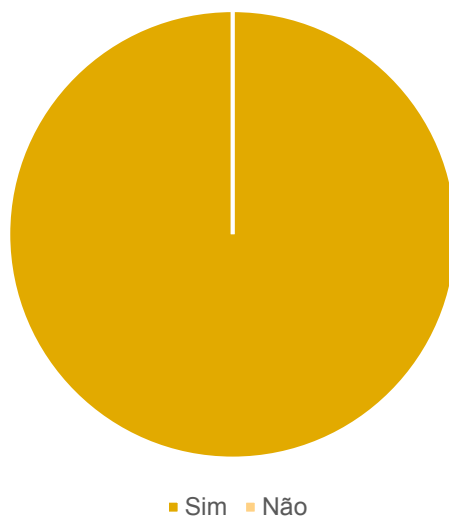
Fonte: Fonte: Próprio autor.

Os resultados apresentados no Figura 4, sobre a qualidade de vida no ambiente de trabalho, expõem o bom ambiente de trabalho oferecido pela escola. Sendo ofertado aos servidores, docentes e discente um ambiente promotor da liberdade de expressão, combate ao preconceito, privacidade pessoal, tratamento impessoal e incentiva o desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas.

No Figura 5, apresenta os resultados sobre a sensibilização e capacitação dos servidores, que evidenciaram a promoção por parte da escola quanto as questões ambientais com seus servidores, docentes e discentes. Sendo importante destacar que, no início do ano de 2018, a escola adicionou a disciplina de educação ambiental na grade curricular. Em contrapartida à escola não possui nenhuma atividade de sensibilização da comunidade no entorno da escola no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente ou divulgação material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente.

Figura 4: Qualidade de vida no ambiente de trabalho

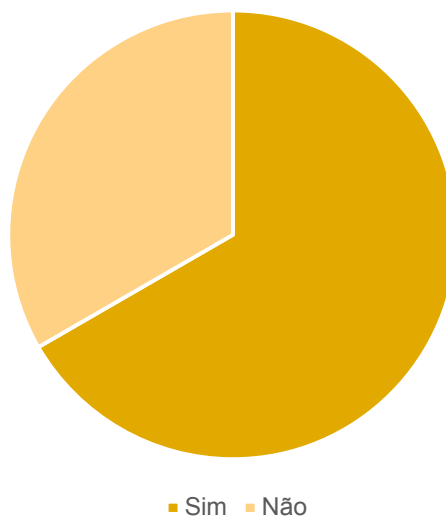
Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho



Fonte: Fonte: Próprio autor.

Figura 5: Sensibilização e capacitação dos servidores

Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores



Fonte: Fonte: Próprio autor.

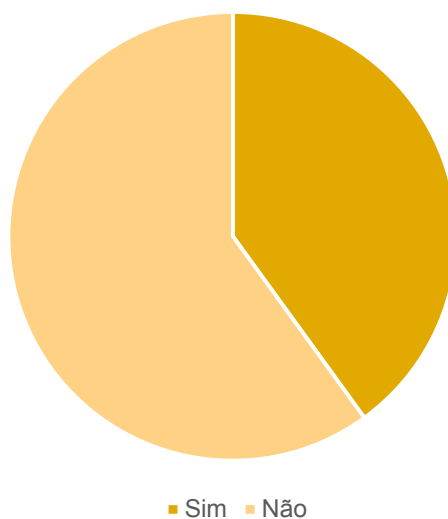
O Figura 6, apresenta os resultados sobre licitações sustentáveis, abordados no eixo 5 da A3P que trata licitações sustentáveis. Neste quadro, evidenciou-se a preocupação da escola em contratar projetos de engenharia que

adotam medidas que reduzem os impactos ambientais em suas atividades, prezando pelo baixo consumo de água e energia e atendendo as normas de segurança com seus funcionários, em obras e serviços públicos.

Na aquisição de bens é dada prioridade para materiais que possuem maior quantidade de matéria prima reciclada, aliado a qualidade e durabilidade que o produto proporcionará. Entretanto, cabe ressaltar que, algumas ações importantes desenvolvidas pela empresa contratada nas licitações não são consideradas no momento da licitação pela escola, tais como: preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza, prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia, aquisição produtos reciclados, preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento, exigência que a empresa forneça treinamento a seus empregados, e que utilizem equipamentos de limpeza que não gerem ruídos e ainda que realize a separação dos resíduos sólidos descartados.

Figura 6: Licitações sustentáveis

Eixo 5 – Licitações Sustentáveis



Fonte: Fonte: Próprio autor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização deste estudo, foi possível identificar ações sustentáveis realizada pela escola, assim como situações que poderiam ter uma maior atenção pelo núcleo gestor da escola.

No Eixo 1 (Uso racional dos recursos naturais e bens públicos) a escola só atende uma ação (Consumo de papel), as demais atividades ficam a desejar, principalmente, o consumo de água e energia.

No Eixo 2 (Gestão adequada de resíduos gerados) a escola não possui nenhuma ação desenvolvida. Chama atenção, a tentativa de implantar a coleta seletiva na escola, desenvolvida há um tempo atrás, que devido as dificuldades, não teve êxito.

No Eixo 3 (Qualidade de vida no ambiente de trabalho) foi onde a escola apresentou a maior quantidade de ações desenvolvida, destacando-se: acessibilidade, orientação nutricional, capacitação de seus servidores e liberdade de expressão.

No Eixo 4 (Sensibilização e capacitação dos servidores) a escola apresentou 4 ações desenvolvidas, que são: ações de sensibilização e capacitação com os servidores terceirizado, servidores docentes, sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais e promove a educação ambiental ao corpo discente. Fica a desejar em atividades de sensibilização a proteção, preservação e conservação do meio ambiente em seu entorno.

Por fim, o Eixo 5 (Licitações sustentáveis) foi o que apresentou a segunda maior quantidade de ações desenvolvidas pela escola, destacando-se: contratar empresa que se preocupa com a segurança de seus funcionários e adota medidas de redução de consumo de água e energia.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se:

- a aplicação deste estudo em outras escolas públicas no município, a fim de mostrar a importância da A3P na administração pública;
- demonstração do processo de adesão da A3P, enfatizando sua importância;
- levantamento das ações sustentáveis desenvolvida nas escolas do município de Acarape.

## REFERÊNCIAS

BACHA, M. DE L.; SANTOS, J.; SCHAUM, A. Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. VII Simposio de Excelência Gestão e Tecnologia. Anais... . p.14, 2010. Resende.

BARBIERI, JOSÉ CARLOS, A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. Rio de Janeiro, Nov./Dez. 2004

BARBOSA, O Desafio do Desenvolvimento Sustentável, Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.

BRASIL, Gestão Socioambiental nas Escolas Públicas Ministério do Meio Ambiente, 2017

BRASIL, Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. Ministério do Meio Ambiente, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p. 131

CAVALCANTE, M. L. S. A. Administração Pública e Agenda Ambiental – A3P - Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos. Revista Controle Doutrina e Artigos, v. X, p. 193–216, 2012.

COGO, G. A. DA R.; OLIVEIRA, I. L. DE; TESSER, D. P. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) - Um instrumento a favor da Sustentabilidade na Administração Pública. XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Anais..., 2012. Bento Gonçalves.

FREITAS, C. L., BORGERT, A., & PFITSCHER, E. D. (2011). Agenda ambiental na administração pública (a3p): uma análise da aderência de uma ifes as diretrizes propostas pela a3p. XVIII Congresso Brasileiro de Custos.

LOUREIRO, S. M.; PEREIRA, V. L. D. DO V.; JUNIOR, W. P. A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável na educação em engenharia. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v. 20, n. 1, p. 306–324, 2016.

Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 (1981). Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Acesso 17/11/2018 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)

Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 (1999). Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. Acesso 17/11/2018 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)

LUIZ, L. C., RAU, K., DE FREITAS, C. L., & PFITSCHER, E. D. Agenda ambiental na administração pública (a3p) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. Administração Pública e Gestão Social, v. 5, n.2, abr./jun, 2013.

MILARÉ, ÉDIS. Direito do ambiente. 5ª ed. reformulada, atualizada e ampliada. São Paulo: RT 2007, p. 68

PIES, W.; GRÄF, C. O. Desenvolvimento Sustentável : Uma Análise a Partir do Método Safe. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v. 19, n. 2, p. 794–804, 2015.

PEGORIN, M. C.; SANTOS, D. C. DOS; MARTINS, I. DE S. C. A aplicação da Agenda Ambiental no setor público: Estudo de caso em uma Instituição da Administração Pública Federal Direta. Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Anais.... p.1–11, 2014. Rio de Janeiro.

ROCHA, ERIKA, dissertação de mestrado sustentabilidade na gestão pública 2014

Resolução CONAMA 275, de 25 de abril de 2001. Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. Acesso 17/11/2018 <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=273>

SEHNEM, S.; MARANHÃO, C. J. DE A.; PAVAN, D.; TESTON, S. DE. A sustentabilidade para técnicos administrativos de uma Instituição de Ensino Superior do Oeste de Santa Catarina. 2o Fórum Internacional Ecoinovar. Anais... . p.1–17, 2013. Santa Maria.

TINOCO, J. E. P., & KRAEMER, M. E. P. (2004). *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas.



**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AO NÚCLEO GESTOR DA ESCOLA.**

## Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

1. O EEMTIMCB desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?
2. O EEMTIMCB desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?
3. O EEMTIMCB desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?
4. O EEMTIMCB desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos de plástico (descartáveis)?
5. O EEMTIMCB desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais /recursos que possam causar impactos ambientais significativos?
6. No EEMTIMCB é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o Decreto 99.658 (1990)?

## Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados

7. A EEMTIMCB pratica e incentiva a política dos 5R's?
8. A coleta seletiva na EEMTIMCB atende a resolução CONAMA 275, de 25 de abril de 2005? (padrão de cores para as coletas seletivas)
9. A EEMTIMCB realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940 (2006) para separar os resíduos na fonte e doar para cooperativas e associações de catadores?
10. A EEMTIMCB possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940/2006?
11. A EEMTIMCB, as pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e agrotóxicos bem como suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305 (2010)?

## Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho

12. A EEMTIMCB incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?
13. A EEMTIMCB incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?

14. A EEMTIMCB incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?
15. A EEMTIMCB incentiva e promove a integração social interna por meio da promoção dos relacionamentos interpessoais?
16. A EEMTIMCB incentiva e respeita a liberdade de expressão?
17. A EEMTIMCB incentiva e respeita a privacidade pessoal?
18. A EEMTIMCB incentiva e respeita o tratamento impessoal?

#### Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores

19. A EEMTIMCB desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores terceirizado?
20. A EEMTIMCB desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?
21. A EEMTIMCB, há sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais?
22. A EEMTIMCB promove a educação ambiental ao corpo discente?
23. A EEMTIMCB desenvolve ações de sensibilização da comunidade no entorno da escola no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente?
24. A EEMTIMCB produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente?

#### Eixo 5 – Licitações Sustentáveis

25. Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais?
26. É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável?
27. É dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza?
28. Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras?
29. É dada prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas...)?
30. A EEMTIMCB adquire produtos reciclados?
31. É observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos?

32. Existe preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento?
33. Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo ruído?
34. Nos editais é exigido que a empresa forneça treinamento a seus empregados?
35. Que utilizem equipamentos de limpeza que não gerem ruídos?
36. Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade?
37. Que realize a separação dos resíduos sólidos descartados?
38. Que adote medidas para reduzir o consumo de água e energia?
39. Sempre que possível, a entidade realiza a licitação por meio do pregão eletrônico?